

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Inovando para pacificar e unir

Relatório de Gestão

Bienio 2018/2020



TJPE

Gestão 2018 | 2020
Inovando para pacificar e unir



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Inovando para pacificar e unir

Relatório de Gestão

Bienio 2018/2020



TJPE

Gestão 2018 | 2020
Inovando para pacificar e unir

Expediente

**Assessoria de Comunicação Social do
Tribunal de Justiça de Pernambuco
#AscomTJPE**

Assessor de Comunicação – Jornalista
Francisco Shimada

**Assessora adjunta de Comunicação –
Relações Públicas**
Geraldine Maranhão

Assistente Técnico – Jornalista
João Guilherme Peixoto

Jornalistas
Ivone Veloso
Micarla Xavier
Amanda Machado
Ana Paula Menezes
Aryagne Lopes
Bruno Brito
Izabela Raposo
Marcelo Dettogni
Mônica Alcântara
Priscilla Marques

Editor de Vídeo
Antonio Santos

Publicitários
Luciano Costa
Carla Valéria Ramos
Felipe Ribeiro
Mariana Pellizzi
Priscilla Brustein

Designers
Fernando Gonçalves
David Jansen
Gilmar Rodrigues
Helder Carapeba
Marcos Costa

Fotógrafos – TJPE
Assis Lima
Gleber Nova

Fotógrafos – Cacoete
Produções
Alex Costa
Guilherme Guimarães
Humberto Reis
Roberto Fernandes
Silla Cadengue
Tágor Nascimento

Banco de Imagens
iStock Photos

Arquivista
Geni Dantas

Administradores
Gleane Gonçalves
Manoel Olímpio

Apoio
Diocleide Otero
Emerson dos Santos
Hugo Brandão
Zózimo Ferreira

Motorista
Ulisses Coelho

www.tjpe.jus.br
www.instagram.com/tjpeoficial
www.twitter.com/TJPE_oficial
www.facebook.com/tjpe.oficial
www.issuu.com/tjpeoficial



Tribunal Pleno

Composição por critério de antiguidade

Des. Jones Figueirêdo Alves
Des. José Fernandes de Lemos
Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes
Des. Jovaldo Nunes Gomes
Des. Fernando Eduardo de Miranda Ferreira
Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Des. Adalberto de Oliveira Melo
Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Des. Alberto Nogueira Virgínio
Des. Antônio Fernando Araújo Martins
Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto
Des. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes
Des. Antônio de Melo e Lima
Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Des. José Carlos Patriota Malta
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Des. Eurico de Barros Correia Filho
Des. Mauro Alencar de Barros
Des. Fausto de Castro Campos
Des. Francisco Manoel Tenório dos Santos
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Des. Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto
Des. José Ivo de Paula Guimarães
Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Des. Itabira de Brito Filho
Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Des. Roberto da Silva Maia
Des. Jorge Américo Pereira de Lira
Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Des. Stênio José de Sousa Neiva Coêlho
Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Des. Itamar Pereira da Silva Júnior
Des. Evandro Sérgio Netto de Magalhães Melo
Des. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Des. Eudes dos Prazeres França
Des. Carlos Frederico Gonçalves de Moraes
Des. Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima
Des. Márcio Fernando de Aguiar Silva
Des. Humberto Costa Vasconcelos Júnior
Des. Waldemir Tavares de Albuquerque Filho
Des. José Viana Ulisses Filho
Des. Sílvio Neves Baptista Filho
Des. Demócrito Ramos Reinaldo Filho
Des. Évio Marques da Silva
Des. Honório Gomes do Rego Filho

Equipe Administrativa

Desembargador Adalberto de Oliveira Melo
Presidente

Desembargador Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes
Primeiro Vice-Presidente

Desembargador Antenor Cardoso Soares Júnior
Segundo Vice-Presidente

Desembargador Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Josué Antônio Fonseca de Sena
Ouvidor

Desembargador Jones Figueirêdo Alves
Diretor-Geral da Escola Judicial

Desembargador José Fernandes de Lemos
Diretor-Geral do Centro de Estudos Judiciários

Juiz João José Rocha Targino
Juiz José Henrique Coelho Dias da Silva
Juiz Sílvio Romero Beltrão
Assessores da Presidência

Juíza Ana Luíza Wanderley de Mesquita Saraiva Câmara
Coordenadora dos Juizados Especiais

Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Coordenadora da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Coordenador da Infância e Juventude

Desembargador Sílvio Neves Baptista Filho
Coordenador do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico

Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões
Coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Juiz Gleydson Gleber Bento Alves de Lima Pinheiro
Diretor do Foro do Recife

Ricardo Mendes Lins
Diretor-Geral

Carlos Gonçalves da Silva
Secretário Judiciário

Lúcia Helena Araruna Aquino
Diretora Cível

Fabíola Brito Marinho Falcão Barbosa
Diretora Criminal

Maria José Alves
Diretora de Documentação Judiciária

Marcel da Silva Lima
Secretário de Gestão de Pessoas

Solange de Castro Sales da Cunha

Diretora de Gestão Funcional

Valéria Temporal Ferreira

Diretora de Desenvolvimento Humano

Dalva Maria Albuquerque Pascoal

Diretora de Saúde

Samuel Gomes da Silva

Secretário de Administração

Maria José Marinho Batista

Gestora da Comissão Permanente de Licitação

Francisco José Freitas de Abreu Santos

Diretor Financeiro

Carleide Maria Bezerra

Diretora de Contabilidade

Henio Domingos Siqueira Campos

Diretor de Engenharia e Arquitetura

Antônio Edvaldo da Silva Araújo

Diretor de Infraestrutura

Juliana Neiva de Gouveia Ribeiro

Secretária de Tecnologia da Informação e Comunicação

Raphael José D'Castro

Diretor de Sistemas

Felipe Simão Henriques de Araújo

Diretor de Operações de Tecnologia da Informação e Comunicação

Arthur Vasconcelos Lins

Diretor de Suporte Técnico de Tecnologia da Informação e Comunicação

Luís Eduardo Saraiva Câmara

Coordenador de Planejamento e Gestão Estratégica

Aucileny Maria dos Santos

Consultora Jurídica

Clarissa Amaral Mendes de Lima

Gestora da Controladoria

Tenente Coronel Emerson José Lima da Silva

Assistente Policial Militar e Civil

Frederico Alberto Leite Schondorfer

Assessor de Orçamento e Finanças

Silas da Costa e Silva

Assessor de Cerimonial

Francisco Danilo Soares dos Santos Shimada

Assessor de Comunicação Social

Estrutura Judiciária

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) é composto por 150 comarcas, onde estão distribuídas 543 unidades judiciárias, além das unidades administrativas. São 52 desembargadores e 500 juízes, totalizando 552 magistrados; e 6.800 servidores efetivos e 734 comissionados.

1ª Entrância ■

Comarcas: 108

Unidades Judiciárias: 112 Varas

Juízes: 62

2ª Entrância ■

Comarcas: 41

Unidades Judiciárias: 251, sendo 198 Varas, 26

Juizados e 27 Centrais

Juízes: 240

3ª Entrância ■

Comarcas: 1

Unidades Judiciárias: 180, sendo 143 Varas, 33

Juizados e 4 Centrais

Juízes: 198





Palavra do Presidente

Des. Adalberto de Oliveira Melo

Impossível iniciar esta despedida sem agradecer a cada um dos mais de 8,5 mil integrantes do Poder Judiciário Estadual, entre prestadores de serviço, voluntários, estagiários, servidores e magistrados. Foi uma honra estar na Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) durante o biênio 2018 | 2020, especialmente por ter a companhia, a lealdade, o respeito e a determinação da melhor equipe de profissionais do Brasil.

Quando assumimos a Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), em 5 de fevereiro de 2018, tínhamos consciência dos inúmeros desafios colocados a nossa frente. Desistir ou desanimar jamais estiveram em nosso vocabulário, uma vez que também podemos contar com o apoio de nossos familiares, amigos e parceiros em busca da realização de nosso maior desejo profissional: prestar um serviço público digno à população.

No intenso cotidiano de lutas, entendemos que era preciso “Inovar para

pacificar e unir” a sociedade. Esse foi nosso lema, nosso foco, nossa motivação. Nesse contexto, um dos compromissos de nossa Gestão foi a garantia da nomeação e da posse de magistrados e servidores aprovados e classificados nos últimos concursos realizados pelo Tribunal. Com isso, reafirmamos nosso compromisso junto à sociedade, investindo em pessoal qualificado, para uma melhor prestação da plena a quem necessita de Justiça.

Em dois anos, convocamos 20 juízes, 250 servidores e 200 estagiários; reduzimos a taxa de congestionamento de processos, trazendo rapidez na resposta às ações; reformamos ou construímos mais de 35 prédios; investimos em tecnologia e em formação profissional, dentre outros pontos. Em tal contexto, essas conquistas só forma possíveis graças, ainda, a nossos parceiros, operadores do Direito, instituições públicas e privadas e integrantes dos três poderes. Provamos que a convivência pacífica e harmônica é possível, sendo respeitadas a autonomia e a independência do Judiciário, do Legislativo e do Executivo.

Ao me dirigir diretamente aos integrantes deste Poder, creio que cada um se recorda das angústias e dos sacrifícios pelos quais tivemos de passar ao longo da vida até este momento de balanço e ce-

lebração. Cada um tem noção do quanto teve de fazer escolhas para poder integrar o Poder Judiciário de Pernambuco e agir com foco no serviço público. Creio que todos estejam muito orgulhosos e felizes com o resultado alcançado.

Acima de qualquer dificuldade, nesta jornada, prevalecem os bons sentimentos e as boas atitudes de respeito, dedicação, perseverança e ética necessários ao exercício do cargo e às relações interpessoais. Tendo essa consciência, todo o passado revela o quanto e como é possível alcançar objetivos em prol de um bem maior. Que possamos sempre ser cidadãos capazes de contribuir para a construção de uma sociedade justa. Esse é o nosso papel enquanto servidores públicos.

Sendo o primeiro presidente do Tribunal, em quase 200 anos de história, nascido em Caruaru, muito me alegra a oportunidade de ter estado à frente da gestão do Judiciário pernambucano por dois anos. É motivo de orgulho poder ampliar a atuação do TJPE e oferecer melhores condições para nossas equipes e para os jurisdicionados atendidos em unidades do Litoral ao Sertão do Estado.

Desejo sabedoria e sucesso à nova Mesa Diretora do Tribunal de Justiça

de Pernambuco, responsável por nos conduzir a novas conquistas. Com nossas atividades, buscamos “Inovar para pacificar e unir a sociedade”. Meu mais sincero agradecimento a todos que nos acompanharam nesta jornada!

“ Durante nossa gestão, tive a companhia, a lealdade, o respeito e a determinação da melhor equipe de profissionais do Brasil, formada por mais de 8,5 mil prestadores de serviço, voluntários, estagiários, servidores e magistrados. ”



1ª Vice-presidência

Des. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes

De fevereiro de 2018 a dezembro de 2019, a 1ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), sob a gestão do desembargador Cândido José da Fonte Saraiva de Moares, proferiu 13.240 decisões com relação a recursos, sendo 5.558 no primeiro ano de atuação e 7.682 no segundo. Desse total, foram 831 acórdãos, 566 interlocutórias, 5.485 terminativas e 6.358 despachos. A unidade é vinculada à Mesa Diretora do Judiciário.

As ações para a 1ª Vice-Presidência foram oriundas das Câmaras Cíveis e Criminais do TJPE, abrangendo o juízo de admissibilidade de recursos especiais e extraordinários, nos respectivos agravos para os tribunais superiores, a exemplo do Supremo Tribunal Federal (STF). Elas também tiveram origem nos agravos internos julgados pelo Órgão Especial do Tribunal pernambucano.

Dentre as matérias apreciadas pela 1ª Vice na área cível, estiveram as ações do Sistema Financeiro de Habitação, questão submetida à sistemática dos recursos repetitivos no Superior Tribunal de Justiça

(STJ). Já uma das matérias mais analisada nos processos criminais e penais correspondeu à dosimetria sentenças, em razão das causas de aumento e diminuição das penas aplicadas em concreto.

Pelos resultados alcançados ao longo da gestão “Inovando para pacificar e unir”, o desembargador Cândido Saraiva destaca o sucesso do trabalho devido à dedicação dos componentes da equipe do Gabinete, que é formada por 23 integrantes, sendo 19 servidores do TJPE com atuação na área jurisdicional. “Há um esforço pessoal de cada membro, engajado no compromisso de dar celeridade à prestação jurisdicional. É importante destacar que o maior desafio se circunscreve ao treinamento e à capacitação, para alcançar um nível de produtividade expressivo, sem perder a qualidade do trabalho executado. Creio que nós conseguimos superar essa questão e prestamos um bom serviço à sociedade, restando-me agradecer”, comemora o magistrado.

“ Com mais de 13,2 mil decisões tomadas pela unidade, conseguimos garantir a plena produtividade do Gabinete e satisfazer o interesse da população. ”



2ª Vice-presidência

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

Durante a gestão “Inovando para pacificar e unir”, de fevereiro de 2018 a dezembro de 2019, a 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), presidida pelo desembargador Antenor Cardoso Soares Júnior, proferiu 9.215 decisões, acórdãos e despachos. Desse total, foram 4.841 processos julgados, sendo 4.475 físicos e 366 através do Processo Judicial eletrônico (PJe).

É competência da 2ª Vice-Presidência despachar, no exercício do juízo de admissibilidade, recursos endereçados ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), inseridos em processos julgados pelo Órgão Especial, pela Seção de Direito Público e pelas Câmaras de Direito Público do Tribunal. Também é responsável por processar o respectivo agravo, quando o recurso tiver sido inadmitido, ou tiver recebido comando de retenção.

A unidade, ligada à Mesa Diretora, é encarregada ainda pela organização e supervisão do Cartório de Recursos para Tribunais Superiores (Cartris), responsável pela tramitação dos expedientes de natureza judiciária entre as Vice-Presidências

do TJPE e os Tribunais Superiores; além de coordenar e gerenciar o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep).

O desembargador Antenor Cardoso destaca importantes avanços conquistados ao longo da atividade. “A mudança dos servidores do Cartris, inicialmente para o térreo do prédio anexo do Thomaz de Aquino e, na sequência, para o Arquivo no bairro de Afogados, propiciou melhor qualidade no ambiente de trabalho. O início da gestão dos processos eletrônicos e a integração do Cartris no fluxo do PJe também merecem registro”, observa o magistrado.

O empenho da equipe orgulha o desembargador. “O trabalho foi estruturado com o compromisso de manter a continuidade da gestão passada, com a conformação das inovações tecnológicas e a dinâmica do Judiciário. A equipe, formada por profissionais de Direito de alto gabarito, permitiu a execução do serviço com o sucesso que os números revelam”, pontua. Atuam, no Gabinete, um assessor especial, um juiz de Direito, 19 servidores e três prestadores de serviço.

“ Ao longo da nossa gestão, unimos tradição, tecnologia e determinação com o objetivo de proferir 9,2 mil decisões, acórdãos e despachos diversos. ”



Ouvidoria Geral

Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

A Ouvidoria Geral do Judiciário recebeu 14,2 mil manifestações ao longo de dois anos durante a gestão “Inovando para pacificar e unir”. Coube ao desembargador Josué Antônio Fonseca de Sena ficar à frente do órgão que agregou a função de Serviço de Informação ao Cidadão (Ouvidoria/SIC). Dentre as principais abordagens da população a respeito da atuação do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), estão os pedidos de agilização processual e os elogios à instituição.

Criada em 1998 pela então Corte Especial do TJPE, a Ouvidoria Geral/SIC busca ampliar a participação dos cidadãos na avaliação e na fiscalização do Judiciário; melhorar a condição interna de antecipar-se ao surgimento e ao agravamento de problemas de funcionamento do sistema judiciário; interagir com os órgãos do Judiciário de modo a possibilitar a correção de desvios e distorções existentes; informar à população os resultados das medidas tomadas, garantindo a transparência das atividades e o fortalecimento da imagem institucional; e promover uma postura educativa e que possibilite ao cidadão o conhecimento básico de direitos e deveres.

Com atendimento presencial ou através de e-mail, petição, ofício ou telefonema, a equipe da Ouvidoria buscou atender a população de forma rápida e precisa, como destaca o desembargador Josué de Sena. “Agradeço ao presidente do Tribunal por me escolher para o cargo de ouvidor com uma gestão voltada para a coletividade. O propósito foi dar continuidade ao trabalho efetuado pela gestão anterior, contando com o total apoio da equipe da Ouvidoria, também trazendo novas perspectivas de trabalho”, reforça o magistrado.

Dentre as novidades de atuação, a Ouvidoria do TJPE passou a integrar a Rede Pernambucana de Ouvidorias Públicas e Afins (Rede Ouvir PE) a partir de protocolo de atuação entre representantes dos três poderes e órgãos de controle externo. A proposta do grupo é disseminar conhecimentos e fortalecer as ouvidorias de todas as entidades participantes, além de promover o controle social de forma democrática, oportunizando a consciência cidadã e a efetivação dos direitos.

“ Sendo o elo de ligação entre o Judiciário estadual e população, a Ouvidoria/SIC do TJPE realizou mais de 14,2 mil atendimentos em dois anos de gestão. ”



Escola Judicial

Des. Jones Figueirêdo Alves

Ampliar a formação de equipes do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e, assim, promover a melhoria da prestação jurisdicional no Estado. Esse é o objetivo da Escola Judicial (Esmape), que, com 32 anos de atuação, celebra e divulga os resultados alcançados pela unidade dirigida pelo decano da Corte, o desembargador Jones Figueirêdo Alves, no biênio 2018 – 2020.

Durante a gestão “Inovando para pacificar e unir”, a Esmape/TJPE ofertou 377 cursos de aperfeiçoamento para servidores e magistrados. As capacitações foram realizadas não apenas na Capital, mas também nas comarcas do Interior, a exemplo de Caruaru, Petrolina, Garanhuns, Arcoverde, Serra Talhada, Palmares e Goiana. No total, a instituição de ensino capacitou 8,8 mil colaboradores do Tribunal em dois anos.

A Esmape/TJPE também abriu cursos de idiomas, inclusive de Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) e pós-graduação para magistrados e servidores do Tribunal pernambucano. Entre as formações, Direito Civil e Processo Civil, Direito Público, Direito Penal, Direito da Saúde, Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil. Com a nova sede, inaugurada em feverei-

ro de 2018, a Escola passou a contar com moderno espaço dotado de dois auditórios, biblioteca, espaço de convivência e 20 salas de aula.

O diretor-geral da Escola, desembargador Jones Figueirêdo, enfatiza o caráter pedagógico e inovador da instituição de ensino. “A Escola Judicial de Pernambuco é notadamente reconhecida dentro e fora do meio Jurídico, não apenas em Pernambuco. A qualidade de nosso corpo docente aliada à melhor estrutura de ensino nos colocam como referência para outras instituições”, destaca o magistrado.

A unidade também investiu no campo da renovação e da tecnologia, com as implantações do Instituto Plenitude e do Laboratório de Criação a partir do Instituto de Desenvolvimento de Inovações Aplicadas. Em dois anos, a Esmape/TJPE ainda promoveu e realizou seminários, congressos e conferências relacionados aos mais variados temas do Direito com a participação de palestrantes de dentro e fora do Brasil.

“A Esmape é um ambiente transformador dentro do Judiciário, capaz de oferecer mais de 370 cursos e auxiliar na formação continuada de 8,8 mil pessoas. //”



Carlos Gonçalves

Carlos Gonçalves chegou ao Judiciário pernambucano em 1986, mas, desde 1975, já visitava o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) acompanhado do pai, João Gonçalves, que se dirigia ao Palácio para encontrar o amigo, o desembargador Benildes de Souza Ribeiro. Antes de ingressar no Tribunal, Carlos Gonçalves foi balconista de supermercado, militar da Marinha, professor, policial civil e plantonista do Centro de Valorização da Vida (CVV). Com graduação nas áreas de Educação e de Direito, é o secretário Judiciário do TJPE, sendo elogiado pelos integrantes da instituição pela sua atuação no cargo e pelo ser humano repleto de humildade e delicadeza. No Tribunal, antes de assumir o atual cargo, atuou na Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), na Corregedoria Geral da Justiça, na Vara de Falências e Concordatas, dentre outras lotações.





Maria José

Maria José Alves é servidora do Poder Judiciário de Pernambuco há mais de 30 anos. Ela é a gestora da Diretoria de Documentação Judiciária (Didoc), unidade vinculada à Secretaria Judiciária (Seju) desde 2008 e faz questão de agradecer a todos os chefes e colegas de trabalho que se esforçam para prestar um serviço produtivo e eficiente para a sociedade. A Diretoria de Documentação tem como competência planejar, organizar e controlar a execução das atividades inerentes a Jurisprudência e Publicação, Taquigrafia, Memorial da Justiça, Arquivo Geral e Biblioteca do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Ela está à frente da administração geral de uma diretoria com cerca de 100 servidores efetivos e 50 funcionários terceirizados, que atuam de forma integrada para atingir os objetivos.





TJPE: Inovando para pacificar e unir

Os resultados da gestão do desembargador Adalberto de Oliveira Melo à frente da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), iniciada em 5 de fevereiro de 2018 e com término em 3 de fevereiro de 2020, estão presentes neste relatório. Primeiro presidente nascido em Caruaru, no Agreste pernambucano, em quase dois séculos de história do Judiciário Estadual, o magistrado e a equipe administrativa buscaram agir de forma efetiva em todas as regiões, do Sertão ao Litoral.

Ao longo de dois anos, foram realizadas atividades com os objetivos de garantir o acesso efetivo da população ao Judiciário; institucionalizar a governança e a modernização judiciária; reduzir o tempo de solução de processos; fomentar a desjudicialização, conferindo atenção prioritária a segmentos da sociedade; garantir a confiabilidade, a integridade e a disponibilidade dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação; valorizar e melhorar a qualidade de vida dos servidores e dos magistrados; otimizar a qualidade do investimento público e fomentar as práticas sustentáveis; agilizar a tramitação dos processos de crimes dolosos contra a vida e priorizar a Infância e Juventude; impul-

sionar as execuções fiscais; e possibilitar o acesso da sociedade à informação por meio de ações de Comunicação.

Com base nos objetivos traçados pelas equipes do Judiciário e pela Mesa Diretora – formada pelos desembargadores Adalberto de Oliveira Melo (presidente), Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes (primeiro vice-presidente), Antenor Cardoso Soares Júnior (segundo vice-presidente) e Fernando Cerqueira Norberto dos Santos (corregedor-geral) –, a gestão alcançou resultados relevantes para a população de Pernambuco. Dessa forma, o lema “Inovando para pacificar e unir”, adotado pela Presidência, foi colocado em prática e trouxe avanços à prestação de serviço público embasados no planejamento estratégico do TJPE, como apresentados ao longo deste material.

Durante o biênio, a Taxa de Congestionamento Processual, na Justiça pernambucana, caiu de 81,5% para 71,8%, trazendo mais rapidez ao andamento das ações judiciais. Nesse contexto, mais de 316 mil processos foram baixados ou arquivados durante as duas edições da Semana de Autoinspeção; as Vice-Presidências emitiram 22 mil decisões interlocutórias ou termina-

tivas, acórdãos e despachos relacionadas a recursos; a Corregedoria Geral da Justiça atuou junto a magistrados, servidores e jurisdicionados através do Sistema de Informação da Corregedoria (SiCor), do Selo Gestão Eficiente, da realização de leilões e do programa Moradia Legal; e aproximadamente 96 mil sessões de conciliação foram realizadas com homologação de 36,7 mil acordos, alcançando a vice-liderança entre os tribunais de médio porte na área.

Também no período, mais de 253,4 mil processos foram julgados nos Juizados Especiais, sendo 221,9 mil cíveis e 31,5 criminais; 52,6 mil processos de violência doméstica e familiar contra a mulher foram julgados e 26,7 mil medidas protetivas de urgência foram deferidas; exatos 42.087 processos foram cadastrados no Sistema Eletrônico de Execução Unificado (Seeu), para gestão mais confiável da situação carcerária no Estado; 600 julgamentos foram realizados nas duas edições do Mês Nacional do Júri; e foram mantidas as atividades da Central de Agilização Processual Cível, com 22 mil processos julgados desde 2014, e das audiências de custódia, totalizando 40 mil realizadas, em Pernambuco, desde 2015.

Para alcançar tais resultados, foi preciso investir em pessoal, com a nomeação de mais 20 juizes para atuação no Interior, finalizando convocações de todos os aprovados em último concurso para a Magistratura, sendo também formada Comissão para a realização de novo certame. Durante o biênio, a Presidência convocou, ainda, 250 servidores aprovados em concurso público, representando mais que o dobro de vagas disponibilizadas inicialmente em edital; e mais de 200 estagiários aprovados em seleção com atuação em 15 áreas de conhecimento.

Para a formação continuada das equipes, 377 cursos foram oferecidos pela Escola Judicial de Pernambuco (Esmape TJPE), com a participação de 8,8 mil inscritos. Também houve a implantação do programa de reconhecimento Muito Além das Metas, realizado a partir de parceria entre a Presidência e a Corregedoria; do Instituto Plenitude; e do Laboratório de Criação a partir do Instituto de Desenvolvimento de Inovações Aplicadas (Ideias TJPE).

Além do investimento em equipes, houve melhora na infraestrutura do Judiciário, com a inauguração dos seis novos fóruns das cidades de Bezerros, Bonito, Canhotinho, Itamaracá, Pombos e Toritama e do prédio anexo em Lajedo, totalizando mais

de 11 mil metros quadrados de área construída com geração de emprego e renda para 450 trabalhadores direta e indiretamente. A gestão também fez o lançamento da pedra fundamental da nova Câmara Regional de Caruaru, um investimento de 13 milhões de reais em prédio sustentável, econômico e acessível a ser entregue em 14 meses.

No Recife, teve início a limpeza da fachada, a requalificação de acesso ao Hall Monumental, a construção de subestação e a troca de 4,9 mil luminárias e 10 mil lâmpadas no Fórum da Capital, com impacto positivo direto no Plano de Logística Sustentável. Já o Palácio da Justiça, que completa 90 anos em 2020, voltou a receber sessões dos desembargadores na Sala do Pleno Desembargador Antônio de Brito Alves após interdição para reforma. O local teve o conjunto de lustres da metade do século XX restaurados ao formato original, bem como outras intervenções.

Em dois anos, houve a reforma de 29 unidades do Judiciário, incluindo fóruns no Interior. Tais intervenções, com base nos critérios de economicidade, sustentabilidade e acessibilidade, ocorreram nas comarcas de São José da Coroa Grande, João Alfredo, Surubim, Tamandaré, Aliança, Cabo de Santo Agostinho, Toritama, Pombos,

Recife, Fernando de Noronha, Itapetim, Ipubi, Vitória de Santo Antão, Gameleira, Cortês, Cumaru, Bezerros, Araripina, Venturosa, Belém de São Francisco, Cumaru, São Bento do Una, Lagos dos Gatos, Águas Belas, Flores, Lagedo, Itaíba, Bom Conselho, Carpina, Pesqueira e Olinda.

Foram inaugurados, ainda, mais 13 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) nas cidades de Afogados da Ingazeira, Camaragibe, Goiana, Salgueiro, São Lourenço da Mata, Gravata, Arcoverde, Abreu e Lima, Araripina, Serra Talhada, Bezerros, Vitória de Santo Antão e Pesqueira, ampliando atendimento para 23 unidades. Cinco novas Câmaras Privadas de Conciliação e Medição e duas Casas de Justiça e Cidadania também passaram a integrar a estrutura do Judiciário estadual no biênio.

Em segurança, houve treinamento de prevenção e combate a incêndio em 35 Unidades Judiciárias de todo o Estado; e 45 inspeções de segurança física e 45 de prevenção de incêndios nos prédios. Com relação ao efetivo de Guardas Patrimoniais, que exercem atividade de segurança física de instalações, ocorreu um incremento de pessoal na casa de 24%, passando para 260 profissionais. Da mesma forma, aumentou a quantidade de unidades atendidas pelo

Programa de Jornada Extra de Segurança, com 68 postos ativados.

No campo de tecnologia da informação, em ranking do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o TJPE ficou em 1º lugar entre os 10 tribunais de médio porte; em 3º entre os 27 tribunais estaduais; e em 11º entre todos os 92 tribunais do Brasil. O Processo Judicial eletrônico (PJe) está presente em 449 unidades nas 150 comarcas do Estado, com implantação na Infância e Juventude, nas Câmaras de Conciliação, no Órgão Especial e na Corregedoria Geral da Justiça. A migração dos mais de 860 mil

processos físicos do Sistema Judwin para o PJe também foi iniciada.

Houve, ainda, a melhora no Portal da Transparência do Tribunal, disponível no site da instituição, avançando da 18ª para a 6ª colocação entre os tribunais estaduais de 2018 para 2019. A utilização de Inteligência Artificial nas Varas de Executivos Fiscais da Capital com a ferramenta “Elis”, capaz de realizar o trabalho de 18 meses em 15 dias, permitiu a magistrados e servidores a realização de outras atividades complexas, reduzindo o tempo do processo em um anos e meio.

Nas áreas de Cidadania e Comunicação, foi estimulado o lançamento de livros, apresentações musicais, peças de teatro, visitas guiadas e outras atividades culturais com foco na Justiça. Mais de 200 estudantes de escolas públicas foram beneficiados através dos programas Justiça Libertadora e PreparaCOG com aulas de inglês, informática e pré-Enem realizadas no Fórum do Recife.

Voltada à justiça social, mais de 16 mil pessoas atendidas nas 33 edições do Justiça Itinerante, com sessões de conciliação, orientação jurídica, emissão de documentos e serviços de saúde. Em dois anos, pelas Casa de Justiça e pelos Centro Judiciários, foram 28 casamentos coletivos

realizados, formalizando a união de quase 1,9 mil casais.

Para a divulgação das atividades do Judiciário, foram feitas mais de 2,3 mil publicações no site e na intranet do Tribunal, entre notas, notícias, reportagens e avisos. Mais de 200 campanhas institucionais produzidas e cerca de 2,5 mil publicações realizadas nos perfis oficiais do TJPE nas redes sociais, iniciando a divulgação de material legendando, com áudio e em Libras. Já a Mídia local e nacional veiculou mais de 9,5 mil notícias nos principais meios de comunicação, com índice positivo de 95%. No contato direto com a população, foram 14,2 mil manifestações enviadas à Ouvidoria – Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do Judiciário pernambucano.

Ao longo de dois anos, as equipes do Poder Judiciário de Pernambuco trabalharam incansavelmente em busca de prestar o melhor atendimento à população. Nas próximas páginas, são apresentados os resultados das atividades realizadas. Este material, com tiragem de 200 exemplares, foi produzido pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom) através de parceria com a Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica (Coplan) e demais setores do Poder Judiciário de Pernambuco.





Mariana Hora

Com surdez congênita, a assistente social do Centro Integrado da Criança e do Adolescente (Cica), Mariana Hora, é exemplo de superação para os colegas do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Bilíngue em português e na Língua Brasileira de Sinais (Libras), a servidora atua há mais sete anos no Núcleo de Apoio à Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), com o desenvolvimento de projetos relacionados a crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Ela está prestes a concluir mestrado acadêmico em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (Uece) e também é voluntária na comunidade surda, comprometida com a defesa dos direitos humanos e das pessoas com deficiência. Em 2019, gravou vídeos em Libras para a Assessoria de Comunicação Social e, em 2020, será instrutora do primeiro curso de Libras do TJPE.





Silas da Costa e Silva

Há 30 anos, Silas da Costa e Silva atua como cerimonialista, tendo como principal desafio enfrentar as grandes plateias e ser o locutor oficial de diversos eventos institucionais. A primeira experiência no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) aconteceu em 1998. Sua volta aconteceu em 2005 e, desde então, dirige o setor que tem, dentre as competências, a execução diária de planejar, coordenar e executar as solenidades programadas pelo Judiciário estadual, sob a orientação e a determinação do desembargador-presidente. Ele ressalta a satisfação de servir ao Judiciário, convivendo com magistrados e servidores num clima de harmonia e admiração recíproca, e também o fato de que a atividade o proporcionou a oportunidade de conhecer e anunciar, em cerimônias, muitas personalidades, a exemplo de Gilberto Freyre, Ariano Suassuna, Luiz Gonzaga e Dom Helder Câmara.



Resultados



JUSTIÇA

#ResultadosTJPE
Justiça



600 julgamentos realizados no Mês Nacional do Júri
22 mil processos julgados em seis anos pela Central de Agilização Processual Civil
Mais de 253,4 mil processos julgados nos Juizados Especiais
22 mil decisões emitidas pelas Vice-Presidências



#ResultadosTJPE
Justiça



40 mil audiências de custódia realizadas (desde 2015)
42.087 processos cadastrados no Sistema Eletrônico de Execução Unificado



#ResultadosTJPE
Justiça



Mais de 316 mil processos baixados ou arquivados (nas edições de 2018 e 2019 da Semana da Autoinspeção)



#ResultadosTJPE
Justiça



573 milhões de reais pagos em precatórios com 4,3 mil beneficiários
Queda na Taxa de Congestionamento Processual **de 81,5% para 71,8%**



Resultados



PACIFICAÇÃO

#ResultadosTJPE
Pacificação



SEMINÁRIO NACIONAL
DE CONCILIAÇÃO

22,3 mil sessões de conciliação
10 mil acordos
65,6 milhões de reais em negociações



TJPE
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
www.tjpe.jus.br

#ResultadosTJPE
Pacificação

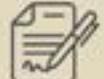


2º lugar em conciliações realizadas (entre os 10 tribunais estaduais de médio porte)



TJPE
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
www.tjpe.jus.br

#ResultadosTJPE
Pacificação



Mais de 16 mil pessoas atendidas pelo Justiça Itinerante



TJPE
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
www.tjpe.jus.br

#ResultadosTJPE
Pacificação



96 mil sessões de conciliações realizadas e **36,7 mil** acordos homologados

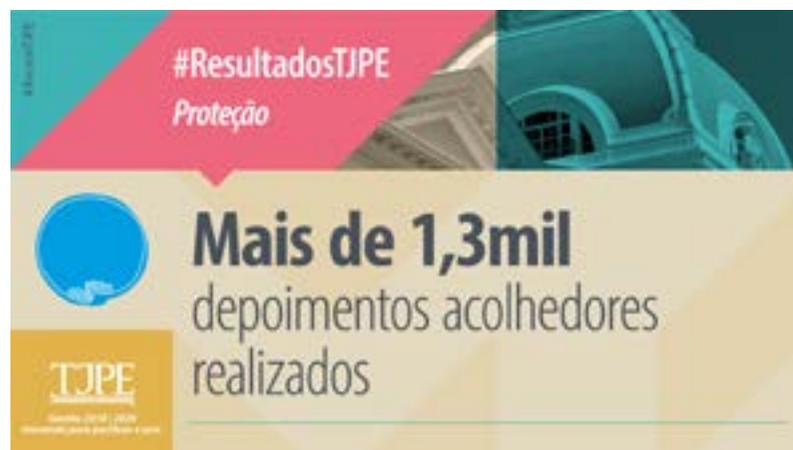
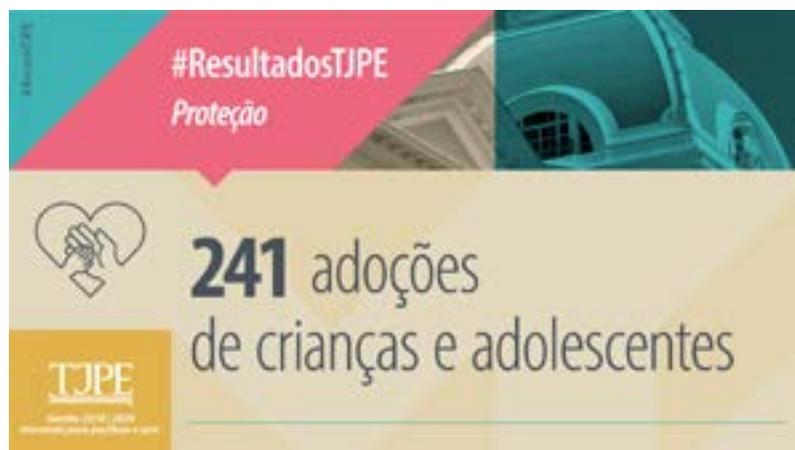
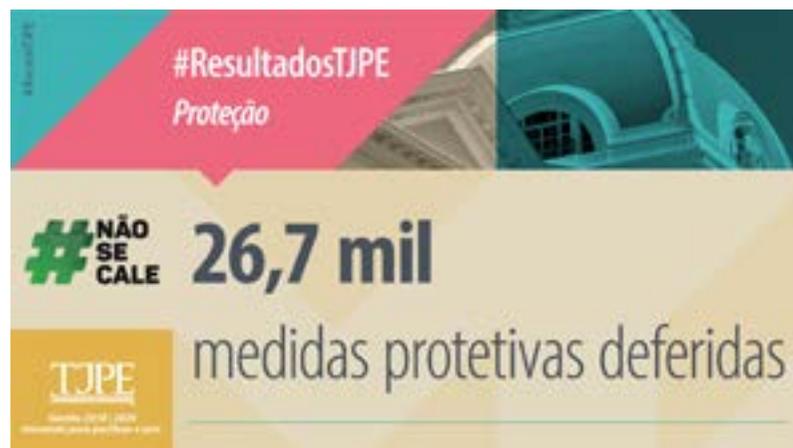
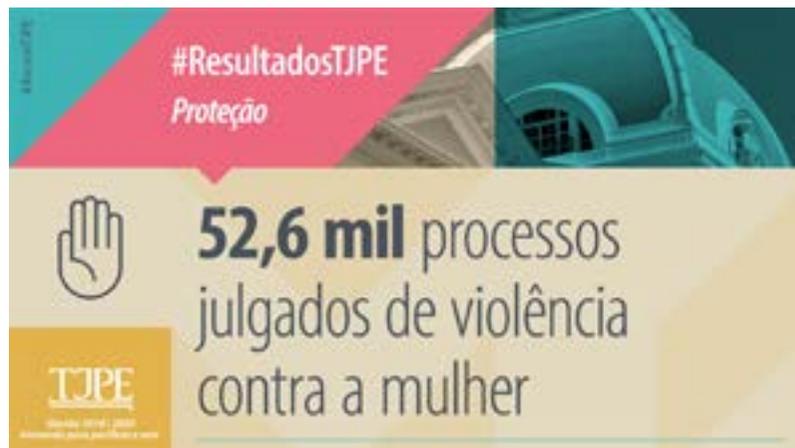


TJPE
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
www.tjpe.jus.br

Resultados



PROTEÇÃO



Resultados



PESSOAL

#ResultadosTJPE
Pessoal



Implantação do programa Muito Além das Metas, do Instituto Plenitude e do Laboratório de Criação



#ResultadosTJPE
Pessoal



377 cursos oferecidos pela Escola Judicial



#ResultadosTJPE
Pessoal



Mais de 250 servidores convocados
Mais de 200 estagiários convocados



#ResultadosTJPE
Pessoal



20 juízes nomeados



Resultados



ESTRUTURA

#ResultadosTJPE Estrutura



- 29** prédios reformados
- 45** inspeções de segurança física
- 45** inspeções de prevenção de incêndios

TJPE

Junho 2018 | 2020
Instituto para a Justiça e Cidadania

#ResultadosTJPE Inaugurações



- Mais duas** Casas de Justiça e Cidadania inauguradas
- Mais 13** Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) inaugurados

TJPE

Junho 2018 | 2020
Instituto para a Justiça e Cidadania

#ResultadosTJPE Inaugurações



- 6** novos fóruns inaugurados
- 5** novas Câmaras Privadas de Conciliação e Medição implantadas

TJPE

Junho 2018 | 2020
Instituto para a Justiça e Cidadania

#ResultadosTJPE Fórum do Recife



- Construção de subestação
- Requalificação de acesso ao Hall Monumental
- Limpeza da fachada
- 4,9 mil** luminárias e **10 mil** lâmpadas substituídas

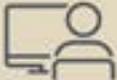
TJPE

Junho 2018 | 2020
Instituto para a Justiça e Cidadania

Resultados



#ResultadosTJPE
Inovação

 PJe presente em **449** unidades nas **150** comarcas do Estado

 **TJPE**
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

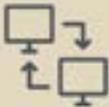
#ResultadosTJPE
Inovação

 Uso de Inteligência Artificial nas Varas de Executivos Fiscais da Capital, realizando o trabalho de **18 meses em 15 dias**

 **TJPE**
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

INOVAÇÃO

#ResultadosTJPE
Inovação



1º lugar em Tecnologia da Informação e Comunicação (entre os 10 tribunais de médio porte)



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

#ResultadosTJPE
Inovação



3º lugar em Tecnologia da Informação e Comunicação (entre os 27 tribunais estaduais)



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

#ResultadosTJPE
Inovação



6ª colocação no quesito Portal da Transparência (entre os tribunais estaduais)



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

#ResultadosTJPE
Inovação



11º lugar em Tecnologia da Informação e Comunicação (entre todos os 92 tribunais do Brasil)



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Resultados



CIDADANIA

#ResultadosTJPE
Cidadania



Mais de 200 estudantes de escolas públicas beneficiados com os programas Justiça Libertadora e PreparaCOG (com aulas de inglês, informática e pré-Enem)

TJPE

Junho 2018 | 2020
Transformando vidas por meio da justiça

#ResultadosTJPE
Cidadania



Formalização da união de **1.870 casais**

TJPE

Junho 2018 | 2020
Transformando vidas por meio da justiça

#ResultadosTJPE
Cidadania



Atividades culturais com foco na Cidadania e na Justiça

TJPE

Junho 2018 | 2020
Transformando vidas por meio da justiça

#ResultadosTJPE
Cidadania



14,2 mil manifestações recebidas pela Ouvidoria

TJPE

Junho 2018 | 2020
Transformando vidas por meio da justiça

Resultados



MÍDIA

#ResultadosTJPE

Mídia



Mais de **9,5 mil** notícias na mídia
Índice de **95%** em matérias positivas
4,8 mil atendimentos à Imprensa

TJPE

Junho 2018 | 2020
Instituição pública paranaense

#ResultadosTJPE

Mídia



Mais de **2,2 mil** notícias
publicadas no site e na intranet

TJPE

Junho 2018 | 2020
Instituição pública paranaense

#ResultadosTJPE

Mídia



Mais de **2,5 mil** postagens
nas redes sociais

Divulgação de material **legendado**,
com **áudio** e em **Libras**

TJPE

Junho 2018 | 2020
Instituição pública paranaense

#ResultadosTJPE

Mídia



Mais de **200**
campanhas institucionais

TJPE

Junho 2018 | 2020
Instituição pública paranaense

Depoimentos

// Oferecemos o nosso melhor e estendemos a eles o direito à vivência familiar e ao convívio saudável, com respeito e muito amor. Esse é o objetivo primordial do apadrinhamento afetivo, e temos plena certeza de que exercemos o nosso apadrinhamento da melhor forma possível e, com isso, não apenas as crianças foram beneficiadas, mas, principalmente, nós, porque crescemos e nos fortalecemos como seres humanos melhores e capazes de enxergar o nosso próximo com os olhos do amor. //

Liana Vilaça, participante de programa de apadrinhamento de crianças e adolescentes

// Vim aqui até o ônibus da Justiça para resolver um problema, um processo, e ainda consegui atendimento médico, exame e documento. É muito importante pra gente esse tipo de atenção. //

José Carlos da Silva, participou de um evento de conciliação e prestação de serviço

// Nunca imaginei que conseguiria chegar a esse dia. Quantos têm esse sonho e, por diversos motivos, não conseguem realizar? O Tribunal está de parabéns pela iniciativa porque, sem essa ajuda, ficaria bem difícil e até impossível para muitos que estão aqui. Eu me sinto abençoada por este momento. //

Josenilda Barbosa da Silva, casada com Elexandro Gonçalves da Silva em cerimônia de casamento coletivo

// Viver hoje com eles é ótimo. Claro que é um desafio ser mãe de quatro meninos ao mesmo tempo, vindos de outro país, com um passado cheio de inseguranças, mas passamos os últimos três anos ensinando às crianças uma nova definição de família. Tentamos dar a elas o maior número possível de experiências, porque é através dessas vivências que vemos mais crescimento. //

Jennifer Pratt, adotou os irmãos Wiliam, Enzo, Cristiano e Leandro, junto com o marido Brandon Pratt

Mapa Estratégico

